

RELAÇÕES E EQUIDADE DE GÊNERO NO SEMIÁRIDO: TECENDO REFLEXÕES A PARTIR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Pedro Paulo Souza Rios ¹
André Ricardo Lucas Vieira ²

RESUMO

O advento do novo século trouxe para a humanidade uma extensa e inesgotável pauta que precisa ser refletida e analisada. No atual modelo de sociedade nada está posto como pronto, somos seres em processo, nessa perspectiva, poderíamos dizer que as relações humanas são construídas e estabelecidas a partir das necessidades/interesses políticos, sociais, culturais, econômicos e territoriais. Dessa maneira intensifica-se o debate e a reflexão em torno de questões tidas e consideradas tabus pela sociedade, como: sexualidade, orientação sexual, preconceito racial e étnico, além da garantia de direitos de categorias como mulheres. Gênero é outra categoria, que nas últimas décadas saiu do anonimato, e passou a ser pensada e discutida. Vale salientar a importante contribuição dos movimentos sociais, inicialmente o movimento feminista e posterior outros movimentos em defesa dos direitos humanos, das organizações não governamentais, das Pastorais Sociais dentre outros setores que se debruçaram sobre essa temática. O método utilizado foi a pesquisa qualitativa. A metodologia utilizada na pesquisa foi a etnográfica. Esse estudo foi desenvolvido no Projeto de Assentamento Nova Canaã – Pindobaçu – no Semiárido Baiano. O Movimento CETA – Coordenação Estadual dos Assentados e Assentadas da Bahia é o responsável pela posse da área. Historicamente, nos movimentos sociais há toda uma preocupação com as questões de gênero. Todos os espaços do Assentamento podem ser considerados espaços de formação. A formação, escolar e não escolar, dessa maneira, compreende-se a educação como um processo de formação humana na conquista do território e espacialização do posseiro e da posseira.

Palavras-chave: Relações de Gênero, Educação, Movimentos Sociais.

INTRODUÇÃO: GÊNERO UM DESAFIO CONTEMPORÂNEO

O despontar do novo século trouxe para a humanidade uma extensa e inesgotável pauta que precisa ser refletida e analisada. Essa pauta traz em seu bojo questões, problemas e indagações que dizem respeito às inquietações de homens e mulheres e que pensávamos ser algo já superado, no entanto, temos percebido que, elas estão presentes e latentes que nunca, perpassando todas as esferas das nossas relações, transitando desde o bate-papo informal entre vizinhos e familiares, ao tempo em que adentram as discussões e pesquisas acadêmicas, fazendo emergir conhecimentos que correspondam aos anseios da atual sociedade e que sejam de respeito à diversidade.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Sergipe – UFS; Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Filosofia Contemporânea; Graduado em Pedagogia e Filosofia, peudesouza@yahoo.com.br

² Doutorando em Educação – Universidade Federal de Sergipe – UFS - SE, sistlin@uol.com.br

As abordagens de gênero proporcionam uma nova perspectiva que nos permite vislumbrar novos significados e almejar novos horizontes ao tempo em nos ajuda a compreender de que maneira a contínua construção das relações sociais tem sido fértil em criar estratégias que permitam transformá-las em experiências equitativas entre homens e mulheres e entre estes e estas e o seu meio.

A discussão e reflexão sobre gênero passou a ser uma tendência na difusão das abordagens dessa temática dentro da academia. As vozes que antes silenciadas ou de pouca expressão passam a serem escutadas e respeitadas. Nesse sentido, não podemos deixar de salientar a importante contribuição dos movimentos sociais, inicialmente o movimento feminista e posterior outros movimentos em defesa dos direitos humanos, das organizações não governamentais, das Pastorais Sociais dentre outros setores que se debruçaram sobre essa temática.

Ao pesquisarmos a temática das relações de gênero, muitas vezes nos deparamos com uma diversidade de abordagens que nem sempre conseguem atingir o cerne da questão, já que muitas dessas abordagens limitam-se muitas a contemplar a realidade das mulheres, sem, no entanto, considerar o aspecto relacional do gênero, no que diz respeito às relações sociais de poder, como os conflitos geracionais, as lutas de classes, étnicas, a diversidade sexual dentre outras. Assim o que pretendemos com esse estudo é trazer para o foco da discussão as relações sociais estabelecidas no Assentamento Nova Canaã considerando os múltiplos espaços onde elas acontecem, perpassando desde o cotidiano até os processos de formação escolar e não escolar.

GÊNERO, CATEGORIA EM ANÁLISE

A vida humana é constituída por ciclos e cada ciclo estabelece relações entre masculino/feminino, ou qualquer outra forma de relação. Segundo Muraro e Boff (2010), na fase do “Paraíso Perdido” foram vividas as relações de harmonia e equilíbrio com a natureza, ainda presentes no nosso inconsciente. Nesse ciclo, homens e mulheres viviam de maneira harmônica e as relações eram igualitárias. Nas sociedades de caça se estabelecem as relações de força e de poder. O gênero masculino passa a ser predominante, tornando-se hegemônico no período histórico, quando toma pra si a esfera do público, e designa à mulher a esfera do privado. Nesse ciclo a relação homem e mulher passa a ser de dominação e violência, já que esse é o modelo das relações entre os grupos, à espécie e a natureza.

Concordamos com Muraro e Boff (2010, p. 59) ao dizer que: “Os humanos, homem e mulher, são diferentes para poderem estar unidos pela relação recíproca e pela mutualidade.” Para Beauvoir (1980) o homem só se reconhece enquanto homem sob o olhar da mulher e a mulher só se reconhece mulher sob o olhar do homem, ou seja, nos construímos e nos descobrimos no processo de reciprocidade e no encontro com o diferente.

De acordo com Scott (1990), gênero deve ser compreendido como um elemento constitutivo das relações sociais, que se fundamenta nas diferenças perceptíveis entre os dois sexos; e só depois é que devemos compreendê-lo como forma de representar as relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis.

Muraro e Boff (2010) nos chama a atenção para a elaboração sociocultural da diferenciação sexual, que fez com que fossem atribuídas aos homens as atividades que estavam diretamente ligadas ao perigo físico, à conquista territorial, à dominação. Desta forma, a estrutura biológico-hormonal da mulher a predispôs a tarefas ligadas à produção, conservação e desenvolvimento da vida. O seu investimento parental é muito maior que o do homem.

De acordo com Lavinias (1992) o conceito de gênero é fundamental para superar a concepção de que o equipamento biológico sexual é capaz de explicar o comportamento diferenciado do masculino e feminino na sociedade. As relações de gênero são dinâmicas e determinadas historicamente, com base em construções e desconstruções socioculturais, dessa maneira elas envolvem relações tanto de dependência quanto de poder entre indivíduos de sexos diferentes, situados em diversas posições e lugares sociais. Scott (1998) define gênero como uma organização social da diferença sexual, essa concepção foi sem dúvida um avanço no desenvolvimento do conceito e na superação da “anatomia como destino”. As relações de gênero para o movimento social extrapolam as relações dicotômicas homem e mulher, são relações que dizem respeito a algo mais profundo, sendo esse elemento constitutivo da identidade do próprio movimento social. Como nos alerta Marx (1982), o rompimento tem que ser feito é com as estruturas de dominação e exploração, que enquadram as relações humanas na perspectiva da mais valia.

MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA PELA EQUIDADE

A década de 1980 foi de grande importância para a organização social e política do Brasil. É nesse período que os movimentos sociais começam a se firmar conquistando espaço em todo país. É também nessa época que a discussão gênero começa a ganhar corpo. Os gritos

que ecoavam pelo país defendendo os direitos das mais diferentes categorias, bandeiras que eram levantadas em defesas das mais diferentes causas. Luta pela terra, pelo direito ao trabalho digno, por moradia, por igualdade racial e sexual dentre outras.

É essa perspectiva que vai nortear essa pesquisa, uma vez que entendemos que a concepção da dominação/exploração seja historicamente o fator que acaba por determinar a não participação feminina nas atividades consideradas decisivas para a sociedade. Considerando esse elemento, entendemos que a questão da igualdade de gênero dentro do Movimento dos Assentados/as da Bahia – CETA organizado no Estado da Bahia, tendo como seu principal objetivo a reforma agrária, seja uma das bandeiras de luta.

Os movimentos sociais vinculados à luta pela terra, dentre eles o MST – Movimentos dos Sem Terra e o CETA, entendem que também a luta pela igualdade de gênero é fator importante para a consolidação da cidadania, “já que orientam as relações sociais no cotidiano dos assentamentos e assentadas, assim como na sociedade toda, de modo a se observar que, para o MST, a transformação igualitária e solidária de uma sociedade inclui as relações de gênero” (SALVARO, 2004, p. 323).

Os movimentos sociais organizados em torno da luta pela terra e articulados no Brasil, ao longo do seu processo de formação perceberam que de nada adiantaria a conquista da terra se as relações estabelecidas e construídas por sua militância não ganhasse novos conceitos e novas práticas. Dessa maneira se fez necessário vislumbrar o cidadão e a cidadã que se desejava e isso passava necessariamente pelas instâncias de formação formal e não formal do movimento. Nessa perspectiva, Bogo (2000) afirma que ser Sem Terra não é meramente uma categoria social, mas é um processo de identificação com um grupo através da organização social e política, forjando e estabelecendo as suas relações sociais de gênero.

Relações Sociais de Gênero no Movimento Social

Para os Movimentos Sociais que pautam sua militância na luta pela justa distribuição da terra, essa é considerada uma luta da família, o que inclui homens, mulheres e crianças. E essa lógica muda a percepção que se tinha até recentemente da organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que frequentemente incentivava a participação dos homens nos sindicatos, enquanto as mulheres ficavam em casa, cuidando do lar e dos filhos. Nos movimentos sociais, dentre eles o CETA, desde a sua constituição, através do seu regimento, incentiva a participação das mulheres, evidenciando assim a necessidades de construir novas relações de gênero.

Nos movimentos, de luta pela terra, todo o processo de ocupação até a garantia da conquista da terra pode ser considerado momentos fortes de mudança de postura, aqui queremos

chamar a atenção para dois desses momentos que consideramos etapas importantes no processo de conquista da terra e que mudam radicalmente o modelo das relações de gênero até então estabelecido.

O primeiro momento diz respeito à fase do acampamento. É aí onde acontece o encontro de pessoas com uma história de vida, e de diferentes contextos culturais e sociais, se juntam, criando dessa maneira um espaço propício a novas relações. A palavra de ordem é a coletividade e as experiências tanto objetivas quanto subjetivas passam por esse viés, por isso se faz necessário estabelecer novas regras de convivência. É aí que acontece um verdadeiro mutirão e isso requer o esforço de todos os participantes, percebe-se nessa etapa uma maior equidade na divisão de tarefas entre homens e mulheres.

O segundo momento se dá no assentamento. Sendo esse um momento importante para distinguir pontos cruciais no que se refere às relações de gênero. Nessa fase é possível perceber alguns mecanismos de reprodução do sistema patriarcal, cultuado na atualidade, que, em sintonia com o capitalismo, reforça e legitima a dominação masculina. Quaisquer que sejam as origens dos assentamentos, ainda há um salto enorme a ser dado para que haja uma verdadeira igualdade entre homens e mulheres. Apesar das barreiras existentes, o CETA tem feito importantes avanços nesse sentido.

Nesse sentido um passo significativo é a constituição do Coletivo de Gênero, garantindo assim o direito à diversidade dentro do Assentamento. Outro fator significativo, nessa fase, são os processos educativos que vão se constituindo nas áreas. Nesse estudo daremos ênfase na formação escolar entrelaçando essa experiência com a formação não escolar proporcionada pelo Movimento dentro do Assentamento, focando avanços e recuos na perspectiva de gênero.

GÊNERO E EDUCAÇÃO: UMA INTRÍNSECA RELAÇÃO

A história da educação no Brasil parece coincidir com a história da discriminação de gênero. A sociedade brasileira no seu processo de formação foi profundamente marcada pelo modelo patriarcal e autoritário, além disso, teve a influência da Igreja Católica e essas influências refletem diretamente na constituição dos modelos educacionais no país, dos quais as mulheres foram excluídas. Segundo Ribeiro (2000), na tradição cultural ibérica, transposta de Portugal para a colônia brasileira, a mulher era considerada um ser inferior, que não tinha necessidade de aprender a ler e a escrever. A educação era tutelada pela Igreja Católica reforçando o espírito medieval.

Somente no século XX, com a Revolução de 1930 é que essa situação começa a ser revertida. Nesse período surgem às primeiras medidas voltadas para a educação de massa e com isso, o acesso das mulheres à escola começa a ser facilitado, contudo é só com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira) de 1961 que passa a ser garantido acesso igualitário ao ensino superior para as mulheres que cursavam o magistério, através da equivalência de todos os cursos de nível médio. (BELTRÃO e ALVES, 2004). Mas é com a constituição de 1988, e com a redemocratização do país que se percebe a incorporação de demandas sociais específicas na legislação. Assim, este é um momento singular para os grupos sociais e especificamente para o movimento feminista.

Nesse período, a discussão sobre a desigualdade de sexos na educação se restringia ao acesso igualitário entre meninas e meninos. Dessa maneira o conceito de gênero está fora de cogitação dentro dessa discussão, devido ao momento histórico de que estamos falando, já que nesse período o conceito ainda estava sendo introduzido no próprio movimento popular de mulheres. Foi nesse contexto, na década de 1990, que foram elaboradas Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – PCN. Acreditamos que essa demarcação histórica seja importante para que possamos compreender a trajetória das mulheres no âmbito da educação formal.

As teorias recentes sobre as questões de gênero são concebidas a partir de diversas matrizes filosóficas e psicológicas. Numa perspectiva pós-estruturalista, a identidade de gênero não é um dado meramente natural, mas o resultado de uma série de discursos e reflexões que permeiam as relações de poder entre as pessoas nas suas diversas categorias. Estes discursos acabam hierarquizando grupos e validando e normatizando o que é considerado normal a partir do que é estabelecido e instituído pela ordem dominante. Sendo assim, o termo gênero, diz respeito aos processos culturais que atuam mediante relações de poder, construindo padrões hegemônicos, a partir de corpos sexuados (SCOTT, 1995).

Escola espaço de construção da identidade de gênero

Louro (2000) comenta que a análise da identidade de gênero isolada de outras experiências pessoais é insuficiente para a compreensão das representações de poder ligadas intrinsecamente às construções das identidades, para a autora, elas se constroem durante a vida do indivíduo, já sendo iniciado no seu nascimento, nas relações que são estabelecidas entre a criança e as pessoas com quem convive, sejam elas outras crianças, adolescentes ou adultos, e também entre a criança e os diversos objetos culturais aos quais tem acesso. Dessa forma, a escola é sem dúvidas um espaço propício para a construção das relações de gênero.

Ao nos depararmos sobre as questões relacionadas às relações de gênero nas instituições, no nosso caso, a instituição de educação, nos questionamos: as práticas dessas instituições têm gênero? E se assim o for qual é o gênero da escola? Segundo Louro (2007) as instituições são constituídas pelos gêneros e ao tempo em que elas fabricam sujeitos elas também são produzidas por representações de gênero.

Poderíamos dizer então que a escola é tanto feminina quanto masculina, pois transitam no seu interior muito mais do que homens e mulheres, transitam pessoas com todas suas complexidades de etnia, classe social, religião, orientação sexual, partido político. Acontece que historicamente delimitaram-se quais os espaços seriam garantidos aos homens e quais seriam negados à mulher, dessa forma o homem foi ao longo do tempo constituído como o ser das esferas públicas e a mulher da esfera do privado. Contudo, ainda segundo Louro (2007, p.89) “é possível argumentar que ainda que as agentes do ensino possam ser mulheres, elas se ocupam de um universo marcadamente masculino”. Corroborando com Louro, Ferraz (2008) diz:

A oposição público (masculino) e privado (feminino) não dá conta da complexidade e das imbricações entre esses espaços como palcos de exercícios de práticas pedagógicas e de poder, tanto de mulheres, quanto de homens. Nesse sentido, as configurações teóricas construídas a partir dessas oposições muito rígidas impedem de se perceberem outras nuances (p. 14).

Para entendermos como se dá as relações de gênero no âmbito da educação, sendo a escola, inicialmente um espaço marcado pela presença masculina, precisamos entender que a escola é atravessada pelos gêneros. Não podemos pensar sobre a educação sem que antes nos debrucemos em reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino.

Gênero e Educação: Experiências no Movimento CETA

Considerando a importância da temática para os movimentos sociais e em particular o CETA, nossa pesquisa buscou analisar se nos processos de formação escolar e não escolar do Assentamento Nova Canaã a construção das relações de gênero é intencional ou não. A partir disso nascem os seguintes questionamentos: gênero nos espaços de formação escolar e não escolar, afinal, do que se trata nessa interpelação? Quais os significados das abordagens sobre estes temas no universo de formação dos sem terra? Quais filiações ou traços epistemológicos são utilizados numa abordagem dessa natureza? Por que tratar os temas gênero e na instituição escolar e nos movimentos sociais? Quais são os métodos utilizados pelos movimentos sociais

em seus processos de formação para que se constituam efetivamente relações fundamentadas no direito à igualdade?

ASSENTAMENTO NOVA CANAÃ: ESPAÇOS DE NOVAS RELAÇÕES

A pesquisa foi desenvolvida no Assentamento Nova Canaã, localizado há 06 km, da sede do município de Pindobaçu – Bahia, que fica no território do Piemonte Norte do Itapicuru, no Semiárido da Bahia. A luta pela posse da terra na então Fazenda Canaã tem seu início em 2002, com a organização de famílias sem-terra militantes do Movimento CETA – Coordenação Estadual dos Assentados e Assentadas da Bahia, de diferentes cidades da Bahia, com predominância dos municípios de Pindobaçu, Cansanção, Itiúba e Queimadas. Em 2006 é constituído o Assentamento Nova Canaã, com um total de 81 famílias assentadas, que vivem na sua maioria da agricultura familiar, além de desenvolverem atividades comerciais na sede do município e outras atividades econômicas tais como diaristas em roças de terceiros ou em casa de famílias.

O Assentamento Nova Canaã tem um área de 2.668,32,38 hectares. Dessa área 538,13,43 hectares é de reserva legal, 170,53,91 é área de preservação ambiental (APP). Nessas áreas só é permitido extrair lenha apenas para o consumo das famílias, ficando proibido a pesca e a caça, além da extração de madeira ou qualquer outro bem natural, sem a aprovação do coletivo, conforme o estatuto da Associação em seu Capítulo II Art. 8º, sobre deveres dos/as associados/as. As áreas coletivas, onde são cultivadas as roças de bem comum aos membros da Associação, tem ainda as áreas individuais, que corresponde a 19,90,00 hectares por família, além de um lote de 45,68m 23 hectar², para a construção das casas, formando assim um pequeno povoado, com luz elétrica. Não há água encanada, essa chega à comunidade por meio de carro pipa, comprado pelas famílias individualmente. Cada família tem um reservatório, podendo armazenar água da chuva ou do rio que passa na área do Assentamento.

O Assentamento tem uma sede, onde funciona a secretaria da Associação, a cooperativa de beneficiamento de frutas, sendo ainda o espaço para as assembleias do coletivo, reuniões em geral e momentos de confraternização e formação. Além disso, tem uma escola, com duas salas, onde funcionam as aulas para as crianças até o 3º ano do ensino fundamental I, para estudar as séries seguintes as elas precisam ir até a sede do município. À noite a escola funciona com uma turma de educação de jovens e adultos (EJA).

De acordo com o estatuto, Art. 8º, letra p: “Em momento algum não é permitido a venda de bebida alcoólica dentro do Assentamento”. O que contribui para tornar o local ainda mais

tranquilo, podendo se ouvir, sem esforço algum, o cantar dos pássaros, o chocalho dos animais, a correria das crianças fazendo algazarra. À noite o silêncio é total, e sobre as cabeças um céu estrelado a testemunhar a luta incansável de tantos homens e mulheres em defesa da terra e da vida.

Instrumentos da Pesquisa

Inicialmente pensamos que as entrevistas feitas com as lideranças do Assentamento e as professoras seriam o suficiente, mas estando no local e vivenciando um pouco mais do cotidiano do Assentamento, conhecendo um pouco mais o espaço da pesquisa, as pessoas envolvidas direta ou indiretamente percebemos que a entrevista não seria o suficiente para a obtenção de uma análise mais condizente com a realidade, era preciso algo mais para que pudéssemos ter um olhar mais amplo acerca da construção das relações de gênero no Assentamento, dessa maneira, optamos por fazer, além das entrevistas, uma observação constante, com idas regulares ao local, participando de todas as atividades desenvolvidas pelo coletivo do Assentamento, tais como as Assembleias, que acontecem todas as primeiras terças-feiras de cada mês, além da mística, que se configura numa reunião semanal, com a participação de todos/as os/as assentados/as para a divisão de tarefas da semana.

Utilizou-se ainda de um questionário aplicado a todas as famílias, com questões que consideramos pertinentes e que nos ajudará a compreender melhor às relações de gênero nos espaços do assentamento, realizamos ainda oficinas com os assentados e as assentadas, que serviram como momento de formação, ao tempo em que nos fornecia dados para a pesquisa. Ao utilizarmos todos esses instrumentos, acreditamos que teremos uma maior possibilidade de análise, o que nos possibilitará uma maior e melhor aproximação da realidade.

As entrevistas foram previamente marcadas, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados e das entrevistadas, considerando ainda o lugar que iria deixa-los/las mais à vontade durante a entrevista. Para a aplicação dos questionários fomos de casa em casa, o que nos permitiu conhecer um pouco mais do cotidiano das famílias, isso acontecia desde o papo informal, adentrando nas perguntas necessárias até a partilha de um copo de água de pote ou um cafezinho.

Segundo Lakatos e Marconi (1995), questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença de investigador. Com o questionário é possível levantar dados que permite traçar o perfil dos/as pesquisados/as. Convencionalmente a entrevista semiestruturada é considerada um encontro

entre duas pessoas a fim de que, um deles obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.

ANALISANDO DADOS: GÊNERO NO COTIDIANO DO MOVIMENTO

Gênero é uma categoria historicamente determinada, ainda que não seja construída apenas sobre a diferença de sexos, mas, sobretudo, uma categoria que serve para dar sentido a esta diferença, sendo assim, gênero serve para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado, conforme afirma SCOTT (1995).

A experiência dos movimentos feministas no mundo, e de maneira particular no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX, se apresenta a partir de perspectivas contraditórias ao provocar uma ruptura no modelo de pensamento que é legitimado por princípios meramente biológicos para justificar as desigualdades entre homens e mulheres. Além de expressarem a forte resistência das mulheres, o movimento feminista, também tece veementemente uma crítica à lógica patriarcal em que foram fundadas as sociedades ocidentais.

Para Bandeira “o feminismo constitui-se no movimento social que mais profundamente interferiu no pensamento social e político ocidental, da forma como este se estruturava desde o século XVI”. (2000, 15). Ainda segundo a autora o movimento feminista foi o portador de vozes silenciadas desde o período grego até a modernidade, o que o movimento fez foi resgatar a mulher da condição de inferioridade à qual ela foi submetida, e não apenas como categoria, mas principalmente enquanto ser sócio histórico.

Foi nesse contexto de luta e resistência em todas as partes do mundo que as mulheres se organizaram política e socialmente articulando os movimentos de mulheres e os movimentos feministas. Ao longo da história esses movimentos continuam sendo cenário de lutas, conquistas, resistências e avanços contribuindo significativamente na construção de modelos sociais e culturais mais igualitários tanto na esfera pública quanto privada.

Gênero uma construção sociocultural dentro do Movimento

Homens e mulheres se fazem por meio de um processo histórico e contínuo, talvez por isso ouve-se tantas vezes a frase: “como você está mudado/a”. E essa mudança não diz respeito meramente à esfera biológica, que diz respeito a algo natural, vindo com o passar dos anos e o advento da idade, mas constitui-se também das esferas física, política, cultural e social, de acordo com as opções que vamos fazendo no decorrer da vida, afinal a história é dinâmica e

isso requer de cada um e cada uma de nós mudanças, caso contrário ficaremos à mercê do processo, vendo a vida passar como se fosse um filme do qual não fazemos parte.

Para Beauvoir (1949), o fato de nos dizemos homens ou mulheres já é em si construção social, nessa perspectiva ela vai dizer que nascemos humanos, o que nos torna masculino ou feminino é exatamente o processo histórico e suas nuances sociais e culturais.

Os posseiros e posseiras do Assentamento Nova Canaã, a partir de dados coletados em uma oficina, definem que gênero *“É uma construção social.”* (POSSEIRA 1). E acrescentam que as desigualdades, tão evidenciadas entre os gêneros, na atual sociedade é consequência de um longo processo de subordinação e dominação legitimado por meio de um modelo social que constituiu o sexo masculino como o “natural” colocando-o no centro da tomada de decisões. Esse modelo foi e ainda é considerado como o verdadeiro e qualquer outra possibilidade de organização social entre os gêneros será uma transgressão, isso porque *“essas desigualdades vieram sendo construídas desde o tempo das comunidades primitivas, sendo repassada de uma geração para outra”* (POSSEIRA 1).

Gênero não diz respeito apenas às mulheres, mas também aos homens e por isso extrapolam as dimensões ligadas às questões do masculino e feminino. Para a Posseira 2 *“É um conceito de igualdade entre ambas as partes, homem, mulher, rico, pobre, brancos e negro, velhos e velhas e jovens e crianças. Diz respeito as relações sociais dos seres humanos”*. Podemos perceber que a discussão de gênero no âmbito dos movimentos sociais avança um pouco mais, trazendo para o debate as relações sociais de poder, tais como etnia, geração, orientação sexual dentre outras.

A conceituação do termo gênero enquanto construção sociocultural das relações de poder foi perceptível durante a pesquisa.

Relações sociais de gênero é aquela relação que existe não só entre homens e mulheres, que a gente sabe que tem a criança tem o adolescente o idoso, tudo isso envolve relações de gênero. Essa relação que vem sendo construída ao longo do tempo que agora a gente está tentando mudar. As mulheres estão aí na luta pra ver se consegue conquistar seu espaço, porque a mulher percebeu que não dava pra continuar do jeito que estava então foi à luta (POSSEIRA 1)

Os teóricos e as teóricas de gênero encontram no movimento feminista e de mulheres sua primeira fonte, é aí que estudiosos e estudiosas vão buscar sanar suas primeiras inquietações ao tempo em que buscam suscitar outras tantas. Nessa perspectiva entendemos que é necessário que aja uma ruptura com a ideia de que o masculino e o feminino se constroem na dominação de um sexo sobre o outro. É neste sentido que os estudos recentes apontam que a categoria

gênero é uma categoria de análise histórica. A discussão de gênero deve abarcar a totalidade das relações humanas em todas as suas nuances e não se restringir a apenas um dos sexos.

Relações de Gênero no Assentamento Nova Canaã

Podemos perceber que, historicamente, nos movimentos sociais há toda uma preocupação com as questões de gênero. Normalmente é formada uma comissão que irá deliberar questões relacionadas a essa temática, sendo responsabilidade dessa comissão proporcionar momentos de formação e reflexão em torno do assunto, além de motivar e incentivar políticas de equidade e ações cotidianas que favoreçam relações de igualdade social. No Estatuto da Associação dos Assentados e Assentadas do Projeto de Assentamento Nova Canaã, na seção IV, que diz respeito às comissões o, no Art. 36º lê-se:

As comissões de **Gênero** (grifo meu), Jovens, Produção/Comercialização, Finanças, Formação/Educação, Meio Ambiente, Ocupação, Esporte e Lazer e outras que vierem surgir por necessidade do assentamento, serão de caráter permanente, composta de, no mínimo 03 (três) membros cada, escolhidos em sua assembleia específica.

Dessa maneira constata-se que nos primeiros sinais de organização do Assentamento já havia uma preocupação com a questão de gênero. “A gente já vem trabalhando ha muito tempo, desde do início da fundação do assentamento, a gente vem trabalhando essa questão de gênero para que o homem tenha consciência” (POSSEIRA 2).

O Art. 38º do Estatuto diz respeito às atribuições da comissão de gênero, sendo elas:

I - Compôr e participar da coordenação colegiada; II - Procurar resolver os problemas das companheiras em Assembleia das mesmas; III - Organizar as companheiras nos trabalhos coletivos; IV - Buscar autonomia financeira; V - Conscientizar as companheiras da necessidade e importância de se associarem na Associação do Projeto de Assentamento; VI - Participar das Assembleias ou outras atividades do Assentamento e do Movimento, bem como motivar as demais companheiras assim fazerem; VII - Levar sempre a questão de gênero em pauta de discussão da área.

É curioso notar que todo o texto diz respeito apenas às mulheres, referindo-se apenas às companheiras. Em momento algum se contempla a participação dos homens, tanto na comissão quanto nas assembleias do coletivo, como se o assunto fosse algo pertinente apenas às mulheres. Mesmo considerando e sabendo da importância da temática nos espaços formativos do Assentamento:

É importante sim, por que a gente sabe que aqui na comunidade se a gente deixasse, por exemplo, só para os homens tocarem a situação ficaria complicada, porque a mulher é importante tem o seu papel aqui na comunidade, eu acho importante sim essa discussão porque, vem trazer a mulher para a luta (POSSEIRA 1).

Em alguns momentos fica evidente que não há uma participação efetiva das mulheres nas decisões do Assentamento, competindo a ela a esfera do privado e aos homens a esfera do público. As mulheres, em sua maioria, ficam em casa, cuidando dos afazeres domésticos e do cuidado dos filhos, atividades que dizem respeito ao universo do privado. Aos homens compete participar das assembleias e dos momentos de tomadas de decisão. De acordo com o Posseiro 3 *“Nem todas participam, não sei por que, são poucas que tem mais interesse, no início quando começou mesmo, era muitas mulheres que participou, mas hoje tem muitas mulheres que pensam no interesse particular e não pensa no todo.”*

Verificamos nas assembleias no Assentamento, atividade que acontece sempre na primeira terça-feira de cada mês, que no período da manhã a participação maior era dos homens, já no período da tarde esse cenário era invertido. Essa constatação me faz pensar que na primeira metade do dia as mulheres ficam em casa executando as atividades do lar, tais como: fazer comida, lavar roupa, cuidar da casa, enquanto seus maridos as representam, já no período da tarde, esses vão para a roça ou desenvolver outra atividade enquanto suas esposas participam da assembleia. Vale ressaltar que as decisões mais importantes são sempre encaminhadas no período da manhã, no período da tarde a pauta se limita aos informes e encaminhamentos.

É unânime entre os posseiros e as posseiras a importância dessa temática para que aja uma convivência baseada no respeito ao diferente, mas também reconhecem que na prática as coisas acontecem de maneira bem diferente, mesmo reconhecendo seu valor. De acordo com o Posseiro 4 na coordenação do Assentamento sempre há participação de mulheres, vale esclarecer que a coordenação é constituída pelo coordenador ou coordenadora de cada comissão eleito/a nas assembleias das próprias comissões e validada pela assembleia geral: *“Porque sempre que se elege uma coordenação, sempre tem mulheres. Normalmente é educação e gênero”*. Mesmo com a participação das mulheres podemos perceber que a elas competem apenas algumas funções na coordenação, legitimadas pelo coletivo de gênero, espaço considerado feminino e pelo coletivo de educação, que podemos classificar também como uma atividade feminilizada.

Relações de Gênero no cotidiano escolar do Assentamento

A escola do Assentamento é considerada pela comunidade como o espaço de educação formal, ou como nos afirma Gohn (2010) a escola é um espaço de educação escolar, já que outros espaços não escolares podem ser considerados espaços de educação formal.

Nesse sentido, entendemos que é na escola, por meio dos processos educativos que as relações de poder ganham visibilidade e forma, podendo se expressar de maneira mais evidente, nas suas mais variadas facetas, tanto na forma como as atividades e brincadeiras são atribuídas, como na maneira que o livro didático aborda assuntos relacionados a essa temática. A escola se configura num espaço de rico de socialização e construção do conhecimento. Sendo ainda um espaço de troca de experiências e constituição dos saberes, além de ser um espaço de legitimação do poder estabelecido, tal ou qual ele se apresenta, mas também pode e deve ser um espaço de inquietações onde as relações sejam ressignificadas, sendo assim a escola se apresenta como um espaço permanente de construção.

A escola do Assentamento é uma extensão da Escola Municipal Álvaro Palmeira de Carvalho, que fica na sede do município, o que indica falta de autonomia, uma vez que as professoras, mesmo atuando em área rural, estão oficialmente vinculadas a uma escola que funciona em área urbana, não tendo uma efetiva e devida preocupação com a questão da educação do campo contextualizada, sendo essa uma característica fundamental dos pilares da educação nos assentamentos do movimento sem terra em todo Brasil.

Para o movimento social é imprescindível que a educação aconteça de maneira contextualizada, considerando cada realidade específica, fazendo com que os filhos e filhas dos posseiros e das posseiras reflitam sobre sua condição social a partir de um contexto geográfico, histórico, cultural e econômico específico. De acordo com a Posseira 2 há no Assentamento uma preocupação com a educação contextualizada, mas na prática isso não acontece, dessa maneira estudantes e professoras trabalham conteúdos alheios à realidade local.

As relações de gênero no espaço privado do Assentamento

Ainda é presente nas relações do Assentamento, mesmo que velado, um modelo patriarcal, onde a mulher é submissa ao homem, ainda que se tenha consciência de que esse modelo não corresponde com as expectativas de vivências no Assentamento. Isso fica nítido nesse depoimento:

Quando dava 7 (sete) horas eu dava café a todo mundo. E ia pra roça mais ele. Nós trabalhava até 11:30. Chegava em casa ia pro pé do fogão acabar de fazer a comida, para botar a comida pra comer. Botava comida para os filhos,

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

quando dava uma hora, uma e meia, roça novamente para trabalhar, quando chegava em casa de tardezinha ou pela noite ia dá banho nos filhos, ele (o marido) chegava, às vezes ia d comida pro animal, ia prender ou fazer qualquer coisa. Ele entrava em casa tomava o banho dele, a comida estava pronta ele jantava se sentava, e eu ficava cuidando da mamadeira de filho, quando ia tomar banho, que ia comer era 9, 10 horas e depois disso eu ia dormi. Aí nesse tempo eu não dizia nada que eu era abestalhada. Agora hoje, eu caiu no meu entendimento, de uns anos pra cá que ainda fazia isso sabe como é, eu dava o prato feito misturado na mão. Só não colocava na boca, mas eu fazia o prato de todos, direitinho e tudo dava prontinho ali ó. Eu tenho um filho mais novo que ele hoje está com 30 anos, que eu dizia: bota sua comida, meu filho, ele me respondia mãeinha não sei o tanto que eu como, quem sabe é mãeinha, coloca minha comida, a errada não era eu? E agora eu coloco a comida toda na mesa, ai ele (o marido) disse essa aí tá ficando sabida, agora coloca a comida da mesa e não coloca a comida de ninguém mais, aí quando eu acordei, parece que eu estava dormindo (POSSEIRA 5).

Prevalece assim a concepção de que a mulher além de trabalhar no espaço público, fora de casa, precisa cuidar sozinha do espaço privado, sem que o companheiro a ajude. Foi interessante perceber que os homens só fazem alguma atividade doméstica de vez em quando, como se esses não precisasse ser feitos todos os dias. Vale ressaltar que em algumas famílias há uma participação efetiva de homens nas atividades privadas, mas isso é algo muito recorrente.

Espaços formativos que favoreçam novas relações

O Assentamento, por meio da formação nos seus diferentes âmbitos, se configura num espaço importante para a sensibilização, construção e constituição de novas relações de gênero, que implicam necessariamente em construções sociais do ser homem e do ser mulher. Em função desta construção, serão atribuídos, a um ou outro sexo, papéis sociais a serem desempenhados em determinados lugares.

A formação, escolar e não escolar, para os movimentos sociais no campo é tida como elemento fundamental no complexo desenvolvimento territorial das suas lutas. Dessa maneira, compreende-se a educação como um processo de formação humana na conquista do território e espacialização do posseiro e da posseira. Os movimentos sociais buscam atuar em duas linhas de formação, a primeira diz respeito ao processo formativo da própria militância e a outra se refere à luta por uma escola de qualidade nos assentamentos, a partir de uma educação contextualizada.

Quanto ao caráter formativo, partimos do princípio de Gohn (2005) quando afirmam que “nos movimentos sociais a educação é autoconstruída no processo, e o educativo surge de

diferentes fontes”. (p. 50). Dessa maneira o CETA entende que a luta por uma educação de qualidade, ligada à organização de classe, pressupõe, pois, desafiar o poder estabelecido pela escola e pelo sistema educativo ao tempo em que se busca construir uma educação que esteja em sintonia com o projeto de uma sociedade justa, que respeito à cultura e a realidade do camponês e da camponesa em suas comunidades.

Entendemos, dessa maneira, que a formação deve ser um dos pilares na construção de novas relações de gênero. Não uma formação estanque, mas uma formação continuada, expressa nas vivências individuais e coletivas. De acordo com os depoimentos a formação anda esquecida no Assentamento, desestruturando assim todas as comissões. De acordo com a Posseira 1 esse fato é consequência da política partidária municipal: *“Esse ano não houve [...], a política partidária veio interferir em nossa organização aqui.* Para o Posseiro 4 as assembleias mensais e as místicas semanais são momentos apenas informativos e os momentos de formação se resumem às campanhas de vacinação ou visitas dos Agentes Comunitários de Saúde, vindos da cidade, ou do Conselho Tutelar: *“Algumas pessoas dos órgãos públicos que já veio pra cá, é feita dessa forma [...] É aí vem conselho tutelar, agente de saúde”.* (POSSEIRO 4). O Posseiro 5 confirma essa fala quando diz que: *“No início a gente começou, com uns momentos de formação na comissão de produção, mas as vezes tem em relação a formação técnica esse negócios ai. [...]. As vezes a gente, nós consegue com o pessoal do CRAS do Pindobaçu algumas palestras”.*

Fica nítida a ausência de um programa/cronograma de formação que possa disseminar os valores, saberes e fazeres tão bem defendidos pelo movimento social.

Novas relações de gênero se apresentam como um ideal, já legitimado pelo Movimento em seus documentos, e isso é um bom começo, no cotidiano o que se percebe é um desejo enorme por equidade, mas essa não acontece da noite por dia, se dá por meio de um processo de construção diária. Construção requer tempo, planejamento e organização, é construir na ação, no fazer, no arregaçar as mangas e colocar a mão na massa. Constatamos que o modelo estabelecido até então não corresponde mais aos anseios dos homens e das mulheres contemporâneos. Que caminhos percorrer? Isso teremos que descobrir juntos e juntas, percorrendo trilhas que nos conduzam à equidade.

CONSIDERAÇÕES: EQUIDADE DE GÊNERO, UM DESAFIO CONTÍNUO

As análises feitas aqui não são estanques, prontas e acabadas, ao contrário, estão em processo de construção e por isso mesmo vulneráveis a mudanças, afinal elas buscam, mesmo

não querendo ser absoluta, dar respostas à organização de homens e mulheres e esses estão inseridos dentro de um processo que se encontra em constante mudança.

Se num primeiro momento a reflexão de gênero no movimento tinha por ponto de partida e de chegada as experiências das companheiras e dos companheiros, hoje as experiências são utilizadas como ponto de partida, permitindo que se busquem em outras fontes, na literatura, na arte, na poesia, no cinema, na academia e nas teorias, experiências que ajudem a pensar a própria prática. Com isso, constata-se que há no movimento uma reflexão mais amadurecida sobre a temática.

Há por parte do movimento uma preocupação em legitimar essa discussão. Preocupação que pode ser constatada nos estatutos e regimentos, no entanto, no fazer cotidiano do Assentamento novas posturas precisam ser consideradas. Percebe-se ainda nas relações do Assentamento, mesmo que velado, um modelo patriarcal, onde a mulher é submissa ao homem, ainda que se tenha consciência de que esse modelo não corresponde com as expectativas de vivências no Assentamento. Outra imagem forte é a concepção de que a mulher além de trabalhar no espaço público, fora de casa, precisa cuidar sozinha do espaço privado, sem que o companheiro a ajude. Foi desconcertante, por parte dos homens, perceber que os mesmos só fazem alguma atividade doméstica de vez em quando, como se esses não precisasse ser feito todos os dias. Por outro lado, constatou-se que em algumas famílias há uma participação efetiva de homens nas atividades privadas, prevalecendo a equidade entre homens e mulheres nos fazeres domésticos e da roça, ainda que isso seja algo incipiente.

Os modelos sociais definidos e cristalizados, historicamente, como uma ordem natural, nos quais as mulheres eram consideradas os “*outros*”, vem nos indicando que os mesmos por si só não se sustentam mais. Há um emergir social, cultural e econômico sinalizando a necessidade de novos modelos, sem que sejam necessários cristaliza-los. Nesse emergir há que se considerar a constituição do ser homem e do ser mulher na sua dinamicidade, que se constituem gradualmente num torna-se constante, ainda que Movimentos e Instituições estabeleça novas práticas de relações de gênero de nada adiante se no fazer cotidiano elas não forem vivenciadas.

Percebemos, então, que a formação acerca da temática de gênero é um dos principais e necessários fatores para garantir, com maior precisão, as mudanças tão almejadas pelo Movimento. É notável, por meio das entrevistas e das observações dos comportamentos cotidianos, a apropriação que seus sujeitos fizeram das proposições teóricas contidas nas linhas políticas de gênero do Assentamento e da educação, como uma nova perspectiva de esperança de libertação. Esta constatação nos leva a concluir que, apesar das dificuldades, os assentados

e as assentadas poderão contribuir, efetivamente, para a implementação da prática das linhas de gênero no Movimento. Essa assimilação da teoria já é um ponto positivo, embora seja insuficiente, para a luta de classes, para a luta pela terra, para a luta ao direito à educação do e no campo e de igualdade de gênero. Precisamos que homens e mulheres, de posse da teoria, edifiquem ações de mudança. Necessitamos, ainda, que esses novos sujeitos sociais sejam capazes de realizar os protagonismos históricos necessários à construção de uma nova sociedade mais justa para todos os seres humanos.

Não temos receitas prontas ou caminhos definidos, o que temos é a constatação de que como está não podemos continuar e as trilhas a serem percorridas requerem a contribuição de homens e mulheres, militantes e pesquisadores/as da diversidade, presentes nos movimentos sociais, nas universidades, ONG's e instituições escolares.

REFERÊNCIAS

ARCE, A. A imagem da mulher nas ideias educacionais de Pestalozzi: o aprisionamento ao âmbito privado (doméstico) e à maternidade angelical. Caxambu: **ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, 2001.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Feminismo: Memória e História. In: SALES, Cecelina de Maria Veras, AMARAL, Célia Chaves Gurgel do ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite (orgs.). **Feminismo: Memória e História**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução: Sérgio Milliet. Vol.1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: A experiência vivida**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BELTRÃO, K.I; ALVES, J.E.D. A rever são do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **ABEP, 2004**. Disponível em <http://www.metas2015.unb.br/Documentos/Educacao%20Universal/Reversao%20do%20hiato%20de%20genero%20na%20educacao.pdf>. Acesso em 28 set 2019.

BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. 8 ed. Brasília, 2013. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2019.

FERRAZ, Raimundo Cassiano. **Gênero, masculinidade e docência: visões dos alunos de pedagogia**. UFPB, João Pessoa – PB, 2008.

FREITAS, Maria Carmelita de. Gênero/Teologia Feminista: Interpelações e Perspectivas para a Teologia *In*. **Gênero e Teologia: Interpelações e Perspectivas**: Loyola, São Paulo, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010. v. 1.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1995.

LAVINAS, L. Gênero, Cidadania e Políticas Urbanas. *In* **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana**. Civilização Brasileira, 1997.

LOURO, Guacira. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis – RJ: Vozes. 2007.

LOURO, Guacira. **Currículo, Gênero e Sexualidade**. Portugal: Porto Editora 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, Karl. O Capital (Crítica da Economia Política). Livro 1: O processo de produção do capital. 7. ed. DIFEL Difusão Editorial S.A., 1982. vol. 1.

MELLO, J.C. LEITE, E. Discursos velados: memória e cotidianidade feminina. *In*: LEMOS. M. T.T.B.; MORAES, N.A. de. (org.) **Memória, Identidade e Representações**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000, p. 38-42.

Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – PCN, 1997. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=263&Itemid=253>. Acesso em 28 set 2019.

RIBEIRO, Marlene. O camponês como sujeito/ objeto da História: elementos para uma teoria. **III Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo**. Anais... Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, Bahia, 2000.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. **Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST**. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2004000100017&lang=pt . Acesso em 29 set 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. História das mulheres. *In*: **A Escrita da história: novas perspectivas**: UNESP, São Paulo, 1992.